

SANDRO LUÍS TOMÁS BALLANDE ROMANELLI

**O DIREITO DE NÃO VOTAR - PARADOXOS DA DEMOCRACIA
REPRESENTATIVA E PARTICIPATIVA NO BRASIL**

CURITIBA
2006

SANDRO LUÍS TOMÁS BALLANDE ROMANELLI

**O DIREITO DE NÃO VOTAR - PARADOXOS DA DEMOCRACIA
REPRESENTATIVA E PARTICIPATIVA NO BRASIL**

**Monografia apresentada como requisito
parcial à obtenção do grau de Bacharel em
Direito, do curso de graduação em Direito da
Universidade Federal do Paraná.**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vera Karam de Chueiri.

**CURITIBA
2006**

Meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que auxiliaram e motivaram o desenvolvimento deste trabalho:

à Priscila Lopes Pontinha e seu incansável incentivo e carinho;

ao João Gustavo Duarte Nadal, entusiasta desta pesquisa e amigo de lutas pela democracia;

ao Gabriel Schulman, amigo e procurador de causas impossíveis;

Agradeço especialmente à Vera Karam de Chueiri pelo exemplo e pela confiança depositada;

aos amigos Vicente Magalhães, Ana Carolina Lopes Olsen, Carolina Reis Magalhães, José Augusto Pedroso, cujas amizades muito me honram;

aos companheiros de viagem Ana Paula Peters, Ademir Mauricio e Rogério Budasz, com quem compartilhei momentos de intensa alegria e grandes descobertas em nossa jornada pelo Brasil;

Por fim, dedico o fruto deste à minha família, que sempre incentivou a prática da pesquisa e o aprofundamento nos estudos, com quem tenho o orgulho de compartilhar esta vitória.

EPÍGRAFE

“O direito não é ciência que se cultive com indiferença ao modelo de sociedade onde o homem vive e atua. Não é a forma social apenas o que importa, mas em primeiro lugar a forma política, pois esta configura as bases de organização sobre as quais se levantam as estruturas de poder”.

Paulo Bonavides, 1985.

SUMÁRIO

Resumo	<i>vi</i>
Introdução	1
1. As democracias	3
1.1 Estado e Democracia	4
1.2 Democracia e Participação	6
1.3 Democracia e participação no Brasil	8
2. O voto	13
2.1 O voto como instrumento – garantia de liberdade	14
2.2 O voto como objeto-?	16
2.3 O voto como fim – o mecanismo de legitimação no poder	19
3. O direito e o voto	20
3.1 O voto: direito, função ou dever?	20
3.2 O voto obrigatório no Brasil	22
3.3 O direito de não votar	25
Conclusões	31
Referências	

O DIREITO DE NÃO VOTAR - PARADOXOS DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E PARTICIPATIVA NO BRASIL

RESUMO

A presente monografia enfoca o estudo do voto no Brasil, abordando a problemática da eficácia do voto obrigatório como instrumento para a realização da democracia em face do conflito entre o livre exercício da cidadania e a coerção estatal. Parte-se de um conceito amplo de democracia, abordando a crítica ao modelo representativo e a fragilidade dos atuais mecanismos de participação democrática. Defende-se que o aprender democrático se dá através da participação em nível local, e não pelo exercício obrigatório do voto.

Palavras chave: Voto obrigatório; democracia; participação

Introdução:

O direito ao voto é exercido, no Brasil, sob meio da coerção estatal. O « voto obrigatório » - termo impreciso, uma vez que a obrigação é somente presencial, e não finalista - traz um desafio à teoria da democracia: o « não votar » é considerado por parte da doutrina como direito indissociável das liberdades individuais; entretanto, encontra-se fora do ordenamento jurídico brasileiro desde 1934, mantendo-se inexistente mesmo após a reabertura democrática e a promulgação da Constituição Federal de 1988.

O tema é instigante por força da transdisciplinaridade que sua abordagem permite. Olhando um pouco mais além dos direitos individuais, transita-se inevitavelmente pela ciência política, na seara da teoria de estado, finalizando com um olhar crítico sobre a carta constitucional de 1988, através do qual permite-se o seguinte questionamento: O legislador constituinte, claramente preocupado com a criação de mecanismos para a efetiva participação democrática – eis que incluiu no rol constitucional o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular de lei (art. 14, I), além da ação popular (art. 5º. LXXIII) –, manteve na constituição a obrigatoriedade do voto.¹

Teria, o legislador constitucional, buscado equacionar o conflito entre liberdades individuais e deveres do cidadão no estado, ou teria havido simples apego à tradição histórica – eis que o voto obrigatório foi introduzido no código eleitoral de 1934² – somado, talvez, ao desapego à ousadia?

Em face de tais questões, a pesquisa bibliográfica principia com o estudo da democracia, passando, em um segundo momento, pelo campo da dogmática do instrumento em questão - o voto -, para culminar com seu enquadramento específico no modelo de obrigatoriedade e o levantamento das virtudes e deficiências do atual sistema.

Embora instigante, não foi possível abarcar na presente monografia o estudo das conseqüências da adoção hipotética, no Brasil, do voto facultativo. Para tanto, inevitável seria enveredar no campo da estrutura partidária, tema de grande

¹ Constituição Federal de 1988, art. 14:, §1º.: *O alistamento eleitoral e o voto são: I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;*

² Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1934.

complexidade que alongaria de maneira indesejada este volume. Felizmente, ambos os temas já foram objeto de excelentes estudos³ realizados nesta casa.

³ Dentre eles KNOERR, Fernando Gustavo. *Fidelidade Partidária - O controle ético no exercício do mandato*. Curitiba, 2002, Tese (Doutorado em Direito), sob orientação do prof. Dr. Romeu Felipe Bacellar Fo., e FERREIRA, Guilherme Guimarães. *Fidelidade Partidária no Brasil: a busca por uma nova cultura política*. Curitiba, 2005, Monografia (Graduação em Direito), sob a orientação da profa. Dra. Katya Kozicki, trabalhos que nos servem de motivação e inspiração para o presente desafio.

1. As democracias

“Se duas pessoas dizem a palavra democracia é, logo à partida, altamente provável que elas pensem coisas muito diferentes”.⁴

Se o escritor Thomas Mann nos remete à difícil noção de democracia, a complexa relação entre o direito e a democracia é apresentada por Vera Karam de CHUEIRI como “vínculo que torna o direito significante da democracia, à medida que esta, enquanto criação constante de novos direitos, desestabiliza os poderes instituídos submetendo-os ao crivo da transformação, numa reinvenção contínua da política”.⁵

Sem perder de vista esta noção libertária de democracia enquanto criadora de direitos, transitamos brevemente entre algumas das diversas teorias existentes sobre a democracia.

A dificuldade de se encontrar uma definição consensual para o verbete *democracia* nos remete a adotar a mesma solução encontrada por Guilherme Guimarães FERREIRA: trata-se pois, de uma “*questão de perspectiva*”,⁶ diretamente relacionada com a opção do autor com relação à função decisória que a coletividade assume no regime.

Conscientes da não completude de conceitos trabalhados, iniciamos nossa jornada pela relação entre Estado e Democracia proposta por Norberto BOBBIO, observando com particular atenção sua pesquisa que demonstra que, durante séculos, predominou na teoria política a abordagem da relação governante-governado pela ótica do primeiro, conceito que será de grande valia para observar a instituição do voto obrigatório enquanto mecanismo interesse exclusivo do governante.

Seguindo adiante, adotamos a sistematização elaborada por Carole PATEMAN em seu livro *Participação e Teoria Democrática*. A lúcida visão da autora sobre a evolução histórica da democracia e seu engajamento pela extensão da participação democrática aos diversos níveis dos relacionamentos sociais, propondo um modelo de participação dos operários em fábricas e indústrias é porto seguro

⁴ MANN, Thomas. *Apud* FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. *O VOTO: direito ou dever?*, p. 92.

⁵ CHUEIRI, Vera Karam. *Estado, direito e cidadania: So What?*, p. 2.

⁶ FERREIRA, Guilherme Guimarães. *Fidelidade Partidária no Brasil: a busca por uma nova cultura política*, p. 3.

para o içar das velas do presente trabalho em direção ao alto mar, fornecendo tenacidade para enfrentar as tormentas do universo misto de direito, ciência política e sociologia que se entrelaçam na polêmica do voto obrigatório.

O capítulo se encerra com uma aclimação de tais assuntos no Brasil, em breve caminhada pela história democrática pátria que revela a origem de muitos dos problemas enfrentados hoje no campo da consolidação da democracia.

1.1 Estado e Democracia

Da teoria de Estado e Democracia, o jurista e filósofo italiano Norberto BOBBIO busca demonstrar que é possível dividir os escritos sobre doutrina política em dois campos opostos, manifestados na posição assumida pelos autores diante da relação governantes-governados, soberano-súditos ou Estado-cidadãos.⁷ Tal relação – à qual o autor se refere como a relação política fundamental, materializada na polarização entre o sujeito que tem o direito de comandar e o outro, a quem incumbe obedecer⁸ – permite duas abordagens distintas: do ponto de vista do governante (ou *ex parte principis*) ou do ponto de vista do governado (*ex parte populi*).⁹

Exposta a dualidade, BOBBIO constata que a primeira abordagem – *ex parte principis* – é a mais freqüente até o início do século XVII, revelando uma longa história do pensamento ocidental voltado aos detentores do poder, em detrimento dos que dele dependem:

“Na realidade, numa longa tradição que vai do *Político* de Platão ao *Príncipe* de Maquiavel, da *Ciropédia* de Xenofonte ao *Princeps christianus* de Erasmo (1515), os escritores políticos trataram o problema do Estado principalmente do ponto de vista dos governantes: seus temas essenciais são a arte de bem governar, as virtudes ou habilidades ou capacidades que se exigem do bom governante, as várias formas de governo, a distinção entre bom e mau governo, a fenomenologia da tirania em todas as suas diversas formas, direitos, deveres e prerrogativas dos governantes (...), [conceitos] que todos referem apenas a um dos dois sujeitos da relação, àquele que está no alto e que se torna deste modo o verdadeiro sujeito ativo da relação, sendo o outro tratado como sujeito passivo, a matéria com respeito à forma (formante)”.¹⁰

É somente no início da idade moderna, com a valorização do indivíduo singular e o florescimento da doutrina dos direitos naturais que a sociedade política

⁷ BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, Sociedade - Para uma teoria geral da política*, p. 62.

⁸ BOBBIO, *op. cit.*, p. 63.

⁹ *Idem*.

¹⁰ *Ibidem*.

passa a ser vista como um produto da vontade individual, tornada plúrima quando manifestada coletivamente.¹¹

Tal visão é primeiramente encontrada por BOBBIO no pensamento de Johannes Althusius, em obra que data de 1603. Nela, atribui-se mérito ao regime não mais pela quantidade de poder acumulada pelo governante, mas pelos direitos de que gozam os indivíduos. Assim, a política passa a ser definida como a “arte por meio da qual os homens se associam com o objetivo de instaurar, cultivar e conservar entre si a vida social”.¹²

Há uma ruptura na concepção de Estado, uma vez que este não é mais anterior ao indivíduo (como no Estado por Natureza referido por Aristóteles), mas surgido a partir de sua vontade de viver em sociedade. A visão *ex parte populi* inaugura uma ótica que prioriza a liberdade dos cidadãos, e não o poder dos governantes.

Bobbio afirma ainda que as conseqüências deste novo pensamento ecoaram em John Locke – para afirmar que o fim do governo civil é a garantia do direito individual da propriedade –, Jean-Jacques Rousseau, ao tratar como valor fundamental da Democracia a liberdade e, finalmente, nas Declarações de direitos americanas e francesas, enunciando o princípio que “o governo é para o indivíduo e não o indivíduo para o governo”.¹³

Assim, para o presente estudo deve ser ainda extraída a seguinte lição: a articulação da sociedade política em partidos contrapostos que, sob a ótica do soberano (*ex parte principis*) seriam apenas “facções que dilaceram o tecido do estado”.¹⁴ Já na nova visão de Rousseau, o agrupamento em torno de grupos políticos é fruto da conseqüência natural da liberdade de opinião. Deste modo, podemos talvez precocemente afirmar que o voto é, também, fruto da liberdade de opinião, não podendo servir senão como instrumento de garantia de bem estar e liberdade do povo, e não como instrumento de legitimação do poder político, tema que será tratado com mais detalhes no capítulo seguinte.

¹¹ BOBBIO, *op. cit.*, p. 64.

¹² ALTHUSIUS, J. *Política methodice digesta exemplis sacris et profanis illustrata*. Apud BOBBIO, *op. cit.*, p. 64.

¹³ BOBBIO, *op. cit.*, p. 65.

¹⁴ *Idem*.

1.2 Democracia e Participação

O fracasso das instituições democráticas na Alemanha pré-nazista é o ponto de partida para uma grande modificação na teoria democrática. Fundada em 1919 sobre as cinzas ainda fumegantes da Primeira Guerra Mundial - ou Primeira Grande Guerra, como preferem chamá-la os europeus -, a República de *Weimar* entrou em colapso com a ascensão, em 1933, do NSDAP¹⁵ ao poder.

A Constituição Alemã de 1919, embora brilhantemente elaborada, não teve o alcance prático que merecia, conforme afirma de Norberto BOBBIO:

"(...) foi celebrada pela rapidez da execução, pela perfeição técnica de sua construção jurídica, pela quase unanimidade do consenso com que foi recebida. (...) Foi em grande parte obra de uma só pessoa, Hugo Preuss, um dos mais ilustres juristas alemães (...). Contudo, (...) em janeiro de 1933, com o advento de Hitler ao poder, foi extinta com violência, apesar de já se encontrar moribunda antes. A democracia ficou nos artigos da Constituição sem entrar no costume (...)"¹⁶

Assim, embora a *República de Weimar* previsse uma democracia admirável - ao menos em teoria -, a eleição de 1933 se mostrou um desafio aos estudiosos do tema, eis que em trouxe à tona que altas taxas de participação das massas não forneciam a desejada estabilidade democrática.

Os fatos históricos das eleições que levaram aos regimes totalitários do pós-Primeira Guerra Mundial serviram como fundamento para que muitos autores do século XX afirmassem que a "visão 'clássica' do homem democrático constitui uma ilusão sem fundamento e que um aumento da participação política dos atuais não-participantes poderia abalar a estabilidade do sistema democrático, considerando-se a perspectiva das atitudes políticas".¹⁷

Apresentando tal posição para dela discordar, Carole PATEMAN defende que não há limites para a participação democrática, sendo desejável para o regime Democrático que ela se dê com máximo de capilaridade, nos mais diversos níveis das estruturas de convivência sociais – famílias, escolas, fábricas –, para então ser possível a efetiva consciência democrática a nível nacional.¹⁸

A necessidade de estudar as causas e origens da ascensão nazista levou Joseph SCHUMPETER a revisar a teoria democrática, publicando em 1943 seu livro

¹⁵ Nationalsozialistische Deutsche Arbeiter Partei, que instituiu o regime ditatorial Nazi-fascista.

¹⁶ BOBBIO, Norberto. *Entre duas Repúblicas - As origens da democracia italiana*, p.40

¹⁷ PATEMAN, Carole. *Participação e Teoria Democrática*, p. 11

¹⁸ PATEMAN, *op. cit.*, p. 12.

Capitalismo, socialismo e democracia, colocando em evidência que a democracia era uma teoria que deveria ser dissociada de quaisquer ideais ou fins. Seu pensamento tratava a democracia como mero arranjo institucional para se alcançar determinado fim, tornando-se verdadeira referência para diferenciar a chamada *teoria clássica*¹⁹ da sua, cuja definição de democracia exclui a 'máxima participação' popular como seu fundamento, conforme será abordado com mais profundidade adiante

Eis sua definição do método democrático: "Aquele arranjo institucional para se chegar a decisões políticas, na qual os indivíduos adquirem o poder de decidir utilizando para isso uma luta competitiva pelo voto do povo".²⁰

Interessante para figurar no rol dos argumentos contrários à obrigatoriedade do voto está a comparação de Schumpeter da competição política por votos à operação do mercado (econômico): à maneira dos consumidores, os eleitores colhem entre as políticas (produtos) oferecidas por empresários políticos rivais, e os partidos regulam a competição do mesmo modo que as associações de comércio na esfera econômica. Afirmava SCHUMPETER que a "a massa eleitoral é incapaz de outra coisa que não seja um estouro de boiada".²¹

No mesmo sentido, temos as contribuições de BERELSON (de 1954), ao afirmar, segundo PATEMAN, que a "participação limitada e a apatia têm uma função positiva no conjunto do sistema ao amortecer o choque das discordâncias, dos ajustes e das mudanças."²² e DAHL (em 1956), que aponta o 'aumento da taxa de participação' do 'homem comum' como um dos perigos a ser evitado, para que a 'grupos de condição socioeconômica baixa' e sua tendência a se ligarem a 'personalidades autoritárias' não venha a reduzir o consenso a respeito das normas e desestabilizar o sistema democrático.²³

Assim, diversos pensadores do século XX buscaram na participação das massas o vilão contra a estabilidade do sistema, preferindo altos níveis de abstenção dos eleitores e participação e interesse apenas de uma minoria de

¹⁹ Embora PATEMAN não adote o termo "teoria clássica", buscando afastar o conteúdo doutrinário de ROUSSEAU do uso atribuído por SCHUMPETER e os autores posteriores, adota-se aqui o termo com a ressalva, no sentido que dele faz uso BOBBIO (*op. cit., passim*).

²⁰ SCHUMPETER, J. *Capitalismo, socialismo e democracia*. apud PATEMAN, *op. cit.*, p.13.

²¹ *Idem*.

²² PATEMAN, *op. cit.*, p. 16.

²³ PATEMAN, *op. cit.*, p. 20.

cidadãos como sendo, a participação que ocorre de fato, exatamente aquela necessária para um sistema de democracia estável.²⁴

A autora cita ainda Giovanni SARTORI, de *Teoria democrática*. Sua pesquisa aponta que o ideal democrático deve ser minimizado, eis que acredita que não se aprende votando e, portanto, é preciso aceitar a apatia e o desinteresse do cidadão médio pela política, uma vez que “as pessoas só se interessam de fato por assuntos dos quais têm experiência pessoal ou por idéias que conseguem formular para si próprias”,²⁵ defendendo que tampouco a penalização da minoria ativa quanto a coação dos apáticos seria aceitável em uma democracia.

Crítica da posição adotada por SCHUMPETER e os teóricos da democracia que se seguiram²⁶, PATEMAN afirma, partindo da releitura de John Stuart Mill e de Jean-Jacques Rousseau e de experimentos práticos em fábricas, que a essência da consciência democrática está intimamente ligada à educação para a democracia, sendo de fundamental importância a 'participação' democrática como prática para levar a um pensar democrático.²⁷

Sobre como chegar a um governo democrático, assim se manifestou a autora:

“vimos que há evidências apoiando os argumentos de Rousseau, Mill e Cole de que com efeitos aprendemos a participar, participando (...). Seria apenas a presença de líderes em competição a nível nacional, nos quais o eleitorado periodicamente pode votar, ou (...) a existência de uma Sociedade Participativa, uma sociedade organizada de tal modo que cada indivíduo tenha a oportunidade de participar de maneira direta em todas as esferas políticas?”.²⁸

Assim, ao questionar como se dá a educação para a política, Carole PATEMAN nos permite abrir as portas da história democrática no Brasil em busca de tais elementos.

1.3 Democracia e participação no Brasil.

Percorrendo brevemente a história do Brasil Republicano, propõe-se a revisão dos mecanismos de participação política estabelecidos de 1889 até fins da década de 90.

²⁴ PATEMAN, *op. cit.*, p. 17.

²⁵ PATEMAN, *op. cit.*, p. 21.

²⁶ de que a participação não tem um papel central ou especial na teoria democrática – servindo o voto apenas para manter a máquina eleitoral e seus arranjos institucionais com um número suficiente de cidadãos e, portanto, de modo satisfatório.

²⁷ PATEMAN, *op. cit.*, p. 46 e 47.

²⁸ PATEMAN, *op. cit.*, p.140.

Tal corte temporal pareceu-nos apropriado sob dois aspectos. Primeiramente, embora conscientes de que a política republicana foi resultado do regime monárquico e, por extensão, da estrutura política do Brasil-colônia, a tensão entre o poder local e o poder central – tanto na relação metrópole-colônia quanto na posterior centralização do poder da família real – mostrou-se acentuada e amplamente debatida nos círculos acadêmicos e políticos na última década do século XIX²⁹.

Em segundo lugar, busca-se demonstrar que a democratização do sistema político brasileiro, embora apresentando lenta evolução, jamais apresentou verdadeira ruptura com as estruturas de poder vigentes.

Assim, embora o país tenha sofrido diversos rearranjos institucionais, ainda³⁰ carregam-se heranças da estrutura oligárquica e de tutela da vontade popular - excludentes da verdadeira democracia participativa -, dentre as quais se destaca, conforme se buscara demonstrar nos capítulos finais, a manutenção da obrigatoriedade do voto.

Assim, o presente sub-capítulo tem como base três autores em 3 momentos distintos: partindo das críticas do abolicionista pernambucano Joaquim NABUCO³¹ ao federalismo na República recém instaurada, passa-se em revista o sistema do coronelismo da primeira metade do século XX com textos dos professores Clóvis RAMALHETE e Themistocles CAVALCANTI³² para observar a democracia no pós-Constituição Federal de 1988, através da obra do constitucionalista Paulo BONAVIDES³³ intitulada "Teoria Constitucional da Democracia Participativa", verdadeiro texto panfletário em prol de um Direito Constitucional remodelado.

A unidade dos textos se destaca no tema comum do desequilíbrio das forças políticas em instituições que, cheias de vícios, eram esvaziadas de participação popular.

Joaquim NABUCO publicou, em 7 de setembro de 1890, um artigo intitulado "*Porque continuo a ser monarquista*". Tratava-se de manifestação crítica ao

²⁹ NABUCO, Joaquim. *A Abolição e a República*.

³⁰ Em artigo publicado no jornal Folha de São Paulo de 28/09/2006 sob o título *Coronelismo moderno* (sic), Plínio Fraga aponta o uso eleitoral das redes de televisão pertencentes a elites políticas do maranhão.

³¹ NABUCO, *op. cit.*

³² CAVALCANTI, Themistocles Brandão. *Representação e participação*, p. 21.

³³ BONAVIDES, Paulo. *Teoria Constitucional da Democracia Participativa - por um Direito Constitucional de luta e resistência por uma Nova Hermenêutica por uma repolitização da legitimidade*.

federalismo imposto no regime republicano, publicada no cotidiano carioca "Diário do Commercio". O desconforto inicial de utilizar-se o discurso monarquista de Nabuco ao tratar de democracia é dissipado logo às primeiras linhas de sua carta:

"Eu era monarquista porque a lógica me dizia que não se devia absolutamente aproveitar para nenhuma fundação nacional o ressentimento do escravismo; por prever que a Monarquia Parlamentar só podia ter por sucessora revolucionária a Ditadura Militar, quando a sua legítima sucessora evolutiva era a Democracia Civil; por pensar que a República seria no Brasil a pseudo-República que é em toda a América Latina. Eu dizia que a República não poderia funcionar como governo livre, e que, desde o dia em que ela fosse proclamada, desaparecería a confiança, que levamos tantos anos a adquirir sob a Monarquia de que **a nossa liberdade dentro da lei era intangível**. A causa da altivez com que todo brasileiro olhava para o Imperador era a certeza de que ele podia tentar contra o último dos cidadãos, assim como a causa do orgulho que tínhamos dele era a certeza de que, ainda nas piores conjunturas pessoais, ele não o havia de querer. Quem era assim monarquista pela idéia que fazia da República não pode honestamente tornar-se Republicano pela razão de que a sua previsão esta começando a realizar-se".³⁴ (grifamos).

Vislumbra-se, portanto, que o político monarquista o era em defesa das liberdades individuais, cético de sua manutenção na República. Nabuco defendia que a proposta Federalista de descentralização política - necessária, e cujo desdém por D.Pedro II deu causa à queda da Monarquia³⁵ - não podia ter-se realizado da forma com que os republicanos haviam instaurado: defensor do Federalismo, decepcionou-se com as arbitrariedades dos primeiros anos da República:

"Eu sou o primeiro a dar testemunho de que o partido Republicano foi inicialmente um movimento puro de aspiração democrática; o primeiro grande contingente, porem, que ele recebeu, o da escravidão, fê-lo perder de vista o povo; o segundo contingente, o do exército, que o tornou vencedor sem combate, fê-lo perder de vista a própria República. (...). Temos visto longas encarcerações sem processo, deportações e banimentos por crime de influência política, verdadeira ressurreição do antigo ostracismo, a anulação tácita e, quando preciso expressa, do *habeas-corpus*, o julgamento de fatos civis e políticos - não crimes - em segredo de justiça, por uma comissão militar *ad hoc*, uma só para toda a República, ao passo que em tempos do Império mesmo os militares que tomassem parte em rebelião eram julgados pelo júri, por ultimo vai-se proceder às eleições em estado de sítio, sem um protesto do partido que achava pouca a liberdade da Monarquia".³⁶

Com relação à Constituição de 1891, instauradora do Federalismo, Nabuco indica a falta de participação das províncias em sua elaboração, gerando uma conseqüente constituição 'decretada' em sem respaldo democrático.³⁷

Sua visão dos regimes Republicanos na América Latina - cita por diversas vezes os regimes do México e da Argentina - é pessimista. Afirmava pois que "a

³⁴ NABUCO, *op. cit.*, p. 60-61.

³⁵ Artigo publicado em 1886, intitulado "O Erro do Imperador"

³⁶ NABUCO, *op. cit.*, p. 63.

³⁷ *Idem*.

República nos países latinos da América, é um governo no qual é essencial desistir da liberdade para obter a ordem".³⁸

Em continuação ao relato de Joaquim Nabuco, a consolidação do regime Republicano pode ser vista como uma constante oposição de forças entre as oligarquias regionais e o poder político central, segundo a análise de Clóvis RAMALHETE³⁹, resultando em negociações e concessões ao 'coronelismo'.

RAMALHETE discorre sobre os fatores do processo de formação do Estado nacional brasileiro e os de sua manutenção, indicando que do nascimento da República ao Estado Novo (1930), havia uma constante tensão entre o poder local e o poder geral. Os detentores do primeiro eram os coronéis, senhores rurais do Império que, na República, haviam recebido a patente de "coronéis" como distinção de mérito na guarda civil republicana.

Segundo o autor, para realizar o projeto de implantação do Estado Nacional Brasileiro, foi imprescindível à "Corte Republicana" do Rio de Janeiro firmar pactos com as lideranças regionais - acordos que o autor chamou de "compromissos de coexistência". Como consequência destes acordos, verdadeiras "fissuras consentidas na legalidade"⁴⁰ eram o sacrifício feito em prol de uma unidade no território nacional.

Algumas das concessões do governo federal – que o autor chama de “lacunas de legalidade”⁴¹ – levavam à construção de espaços territoriais nos quais o Estado de Direito dava lugar aos mandos e desmandos do coronel. Para apoiar o poder central, este exigia o poder de nomear (e controlar!) diversos cargos do poder público federal, como *verbi gratia* o coletor de impostos, o delegado de polícia e o juiz local. Porém, seu interesse era na manutenção do poder local, de tal modo que utilizava seu poder para ‘auxiliar’ o poder central em suas pretensões eleitorais, como explica RAMALHETE: “*sem se interessar vivamente pelos componentes do 'poder geral', ou com a sua organização; só exigia e permutava 'fidelidade política',*

³⁸ NABUCO, *op. cit.*, p. 68.

³⁹ Cientista político e jurista, participante de mesa-redonda sob o tema "*Representação e participação*", organizada pelo ministro do STF aposentado e diretor do Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas Themistocles Brandão Cavalcanti, realizada em 28 de julho de 1975, na qual participaram também os professores Carlos Alberto de Medina, Flavio Bauer Novelli, Madaleno Girão Barroso, Adilson Macabu e Djacir Lima Menezes.

⁴⁰ RAMALHETE, Clóvis; CAVALCANTI, Themistocles Brandão; *et alli*. *Representação e participação*, p.21.

⁴¹ RAMALHETE, C; CAVALCANTI, T. B.; *et alli*, *op. cit.*, p. 26.

*na partilha das esferas de influência ajustada".*⁴²

Portanto, na formação e no exercício do poder Republicano no Brasil, temos que o surgimento da Federação contribuiu para a *"existência inafastável da liderança localista e rural"*⁴³. Tal estrutura se manteve intocada até a revolução Varguista de 1930, quando a erupção das classes urbanas enfraqueceu a dicotomia entre o 'poder local' e o 'poder geral', sem, contudo, rompê-la. Não se fala, pois, em extinção do poder local, mas tão somente em gradativa perda de influência dos coronéis no eleitorado dos centros urbanos.

Infelizmente, tal visão não se concretizou plenamente com a promulgação da Constituição Federal de 1988. O mecanismo eleitoral herdado da república velha é, nos avanços do século XX, reforçado pelo poder da mídia, que realiza "dirigismo" velado nos resultados eleitorais, como se verá nos capítulos seguintes.

⁴² Exemplo histórico interessante é descrito por Rui Barbosa em "O art. 5 da Constituição e a intervenção de 1920 na Bahia." (apud RAMALHETE, C; CAVALCANTI, T. B.; et alli, op. cit., p. 27), no qual à revolta, com relação ao resultado das eleições, do Coronel Horácio de Matos, da zona de Lavras de Diamantina, na Bahia, leva o presidente Epitácio Pessoa, em 1920, a enviar negociador para por fim à revolta, o que foi acordado, sem haver deposição de armas, nos seguintes termos: "conservara [o Coronel] a posse dos 12 municípios que ocupou", sendo ainda acordado que o Governo federal e o estadual reservariam lugares de representação para 'amigos' por ele indicados e mantidas as nomeações por ele feitas na região.

⁴³ *Idem.*

2. O voto

Neste capítulo, serão abordados alguns aspectos do voto, buscando demonstrar que a prática de votar, por si só, não é garantia de democracia.

O voto é, segundo José Afonso da SILVA, a manifestação, no plano prático, do *direito de sufrágio*.⁴⁴ Este, por sua vez, caracteriza-se pelo *direito de escolha* entre os candidatos.⁴⁵

Entretanto, algumas definições de democracia trazem o voto – o exercício prático do sufrágio – como elemento caracterizador de sua essência, como aponta Maurice DUVERGER: “a definição mais simples e mais realista de democracia: regime em que os governantes são escolhidos pelos governados; por intermédio de eleições honestas e livres”.⁴⁶

Na mesma linha, Joseph SCHUMPETER apresenta sua visão de democracia como sendo um “arranjo institucional para se chegar a decisões políticas, no qual os indivíduos adquirem o poder de decidir utilizando para isso uma luta competitiva pelo voto do povo”.⁴⁷

Discordamos de tais assertivas, uma vez que viver em democracia implica na garantia de inúmeros direitos e deveres que vão muito além do voto. Em uníssono, afirmamos juntamente com Guilherme Guimarães FERREIRA:

“Ora, não se pode afirmar a Democracia apenas como um simples procedimento composto por uma eleição honesta e livre. Afinal, a democracia envolve elementos como a efetividade da participação popular, a liberdade de manifestação, entre outros, que vão além do voto.”⁴⁸

Assim, vemos no voto apenas um dentre os vários mecanismos necessários para a manifestação do interesse geral e na consolidação da democracia, na qual “o povo participa da condução da política, da organização do Estado, do seu próprio destino.”⁴⁹

Tendo esse último conceito em mente, abordaremos o voto sob três aspectos:

⁴⁴ SILVA, José Afonso da. *Curso ...*, p. 341.

⁴⁵ Ou ainda, pela escolha de nenhum deles, por meio do voto em branco e do voto nulo, que também são protegidos enquanto manifestações livres da vontade do eleitor.

⁴⁶ DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Apud FERREIRA, Guilherme Guimarães. *Fidelidade Partidária no Brasil: a busca por uma nova cultura política*. p. 11.

⁴⁷ PATEMAN, *op. cit.*, p. 13

⁴⁸ FERREIRA, Guilherme Guimarães. *Fidelidade Partidária no Brasil: a busca por uma nova cultura política*. p. 11.

⁴⁹ FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. *O VOTO: direito ou dever?*, p.91

o primeiro remonta aos primeiros pensadores que buscaram modelar o Estado moderno com base no voto como **instrumento** de controle do poder e garantia da liberdade (Rousseau e Mill); o segundo e o terceiro apontam alguns dos desvios constatados na prática do voto, seja como **objeto** de mercancia (compra e venda, promessas ou favores que viciam a manifestação de vontade do eleitor); seja como **fim** político-eleitoral dos candidatos na busca pelo poder como meio de legitimá-lo.

Por meio da contraposição dos três enfoques acima descritos – e aprofundados individualmente a seguir – busca-se demonstrar que a obrigatoriedade do voto apresenta pouca ou nenhuma relação com a democracia nos termos tratados no primeiro capítulo. Assim, embora não inviabilizem o controle do poder idealizado por Rousseau e Mill, aponta-se a incoerência teórica do voto obrigatório com a liberdade que o direito de sufrágio busca garantir. Ainda, no plano do mecanismo eleitoral, aponta-se o voto obrigatório como incentivo ao tratamento do voto como mecanismo de legitimação no poder.

2.4 O voto como instrumento – garantia de liberdade

“La liberté consiste moins à faire sa volonté qu’à n’être pas soumis à celle d’autrui”.⁵⁰

Como já visto no presente estudo⁵¹, BOBBIO demonstra que as obras de reflexão sobre a política podem ser divididas entre aquelas que tomam como ponto de partida a visão do príncipe e as que observam a política a partir da perspectiva popular, de quem é alvo do poder, ótica que reflete a concepção individualista do homem, na qual a sociedade deve ser governada pelo reflexo das ações, interesses e impulsos dos indivíduos que a compõem.

Situado nessa perspectiva *ex parte populi*, Jean-Jacques Rousseau defende no *Contrato Social* a soberania da vontade geral, para que servisse de pauta ao governante. Themístocles CAVALCANTI afirma que o autor iluminista via no voto um instrumento de garantir ao indivíduo a sua parcela de participação para a formação desta *volonté générale*: “Ele [o sistema democrático] se transforma, assim, em um

⁵⁰ ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Apud* PATEMAN, Carole. *Participação...* p. 41. “A liberdade consiste menos em fazer a sua vontade do que em não estar submetido à de outro”.

⁵¹ Ver capítulo 1.2

*sistema de compromissos que leva os grupos majoritários a considerar o interesse geral, na orientação de sua política e de suas decisões”.*⁵²

Carole PATEMAN vai além, afirmando ser indissociável o caráter participativo do pensamento libertário de Rousseau:

“Toda a teoria política de Rousseau apóia-se na participação individual de cada cidadão no processo político de tomada de decisões, e, em sua teoria, a participação é bem mais do que um complemento protetor de uma série de arranjos institucionais: ela também provoca um efeito psicológico sobre os que participam, assegurando uma inter-relação contínua entre o funcionamento das instituições e as qualidades e atitudes psicológicas dos indivíduos que interagem dentro delas”.⁵³

A partir do que chama de *releitura* do pensamento de Rousseau⁵⁴, autora propõe que a participação ultrapassa o simples ato de votar. O indivíduo deve ser protagonista do processo político de tomada de decisões, tornando-se verdadeiramente *livre* quando “*obediente à lei que prescreve a si mesmo*”.⁵⁵

Entretanto, em um universo social complexo, admitida a necessidade do *sistema indireto*, o voto seria para Rousseau o baluarte da liberdade, uma vez que permitiria ao indivíduo exercer o “*controle sobre os que executam as leis e sobre os representantes*”.⁵⁶

Assim como Rousseau, a obra de John Stuart Mill é, historicamente, reflexo da concepção individualista e jusnaturalista de Estado. Deste modo, a participação política do indivíduo e o voto são vistos como mecanismo de garantia de sua liberdade, por meio do controle do poder estatal.

Elisabeth BALBACHEVSKY definiu o pensamento de J. S. MILL::

“Antes de mais nada, a obra de Mill conduz a teoria liberal da perspectiva descendente para a ascendente. Por este motivo Stuart Mill é por muitos considerado o grande representante do pensamento liberal democrático do século passado. Com Mill, o liberalismo despe-se de seu ranço conservador, defensor do voto censitário e da cidadania restrita, para incorporar em sua agenda todo um elenco de reformas que vão desde o voto universal até a emancipação da mulher”.⁵⁷

Porém, a experiência do exercício do sufrágio demonstra que o voto adquiriu, na prática, uma feição pouco libertadora. É o que vemos adiante:

⁵² CAVALCANTI, Themístocles. *A democracia como sistema político*, p. 33.

⁵³ PATEMAN, *op. cit.*, p. 35.

⁵⁴ Releitura em contraposição àquela feita por SCHUMPETER, que colocava Rousseau como representante do que chamou de teoria *clássica* da democracia.

⁵⁵ *Idem*, p. 40.

⁵⁶ *Ibidem*.

⁵⁷ BALBACHEVSKY, Elisabeth. *Stuart Mill: liberdade e representação*. In.: WEFFORT, Francisco C. (org.). *Os clássicos da política*, p. 195.

2.5 O voto como objeto

*"Os votos, como qualquer outra mercadoria, podem ser comprados. Esta é a razão fundamental pela qual o dinheiro pode corromper a república. Quem tem mais dinheiro, tem mais votos".*⁵⁸

A afirmação do jurista italiano Norberto BOBBIO é dura, mas de extrema franqueza. Importa em reconhecer que defender a liberdade e autonomia individual para votar implica em não se poder estabelecer um controle sobre os elementos intrínsecos de convencimento do eleitor. Assim, ainda que a compra e venda seja coibida⁵⁹, parece-nos forçoso concordar com BOBBIO para reconhecer que o dinheiro pode corromper a república.

Arriscaríamos afirmar que não há sociólogo, cientista social ou jurista que acredite na predominância do voto puro, consciente ou destituído das influências dirigidas da mídia e da sociedade.

A liberdade outorgada aos cidadãos para dirigirem e controlarem o poder de seus representantes exposta no tópico anterior por meio do pensamento de Jean-Jacques Rousseau e John Stuart Mill, é a mesma que afasta estes cidadãos da incumbência de justificar sua escolha. Outorga-se aos cidadãos um direito de voto sem freios, sem critério valorativo quanto ao resultado⁶⁰, sob pena de ir contra os preceitos democráticos.⁶¹

Entretanto, a liberdade de conteúdo do voto dá ensejo, na prática eleitoral, às mais diversas fraudes e vícios. É neste aspecto dos desvios do exercício do direito de sufrágio que encontramos o voto muitas vezes como objeto de comércio nas formas mais diversas e imagináveis possíveis.

No aspecto eleitoral brasileiro, tal mercantilização do voto é bem ilustrada por Maurício DIAS. Em seu livro – provocantemente intitulado *"A mentira das urnas"* –, o historiador percorre a história das eleições no Brasil para narrar inúmeros casos em

⁵⁸ BOBBIO, Norberto; VIROLI, Maurizio. *Diálogo sobre a república: os grandes temas da política e da cidadania*, p. 98.

⁵⁹ Sobre o assunto, de grande importância é o trabalho de reforma do código eleitoral impulsionado pelo TSE e dirigido pelo prof. René Ariel Dotti, projeto concluído em 2005 mas que aguarda aprovação no congresso.

⁶⁰ Já se foi o tempo em que o voto censitário selecionava os votantes entre os detentores de bens e rendas. Porém, na teoria democrática atual ainda há aqueles que defendem o voto dos intelectuais, como sendo os daqueles que teriam a 'melhor' capacidade de escolha, o que é atacado por Peter Barach em seu livro *Theory of Democratic Elitism*, conforme ensina PATEMAN, *op. cit.*, *passim*.

⁶¹ Sobre o tema, ver o capítulo 1.2 e a democracia como garantia de "meio", e não de "fim".

que é percebida uma clara influência do montante arrecadado para a campanha e o resultado das eleições (dinheiro de origem e finalidade lícitas tanto quanto ilícitas).

Afirma que com o surgimento, em 1932, da Justiça Eleitoral, as diversas fraudes praticadas no processo eleitoral – dentre as quais a mais comum era a ressuscitação dos mortos, “*milagre político*” que sempre ocorria “*nos dias de eleição*”.⁶²

DIAS explica que, embora a urbanização crescente tenha trazido certa modernização das estruturas sociais no país, diminuído a incidência das fraudes eleitorais, não se pode afirmar que as eleições tenham se tornado mais ‘livres’, eis que também crescentes foram os usos do dinheiro e da mídia como elementos de influência decisiva para o resultado do pleito.

“Da urbanização, que deixou marcas econômicas e políticas profundas nos anos 1950 e 1960, emergiu o uso do dinheiro que, ao longo do tempo, se somou à televisão e ao *marketing*, compondo uma trindade maligna que desvirtua a formação do consenso político”.

Buscando as causas do surgimento dessa “*trindade maligna*”, o autor afirma que o fim do voto censitário não pôs fim às “*antigas práticas das eleições no Império*” que viriam a penetrar no mundo republicano “*alimentadas por problemas econômicos e sociais persistentes*”.⁶³

Neste contexto, encontra na grande iniquidade social as causas para a utilização do voto como instrumento de troca – ou venda – pelo eleitor.

“Massificado o voto, (...) crescería a influência do dinheiro, numa interferência mais difusa e muito mais maléfica para a representação política. Isso porque, derramado sobre um quadro econômico-social muito distorcido como no Brasil, seus efeitos são desastrosamente nefastos. O voto é o único bem de troca de que dispõe o eleitor necessitado que, por isso, se mantém preso às rédeas que sempre o controlaram”.⁶⁴

Entretanto, defende que a compra de votos é processo provocado pelos candidatos, afirmando que a subversão do processo “*vem de cima e não de baixo*”, eis que “*a corrupção é arma do letrado e não do analfabeto*”.⁶⁵

Conforme nos ensina o texto de Paulo BONAVIDES ao tratar do que chama

⁶² DIAS, Mauricio. *A mentira das urnas - Crônica sobre dinheiro & fraudes nas eleições*, p. 13.

⁶³ DIAS, Mauricio. *A mentira das urnas...* p. 69.

⁶⁴ DIAS, Mauricio, *op. cit.*, p. 70.

⁶⁵ *Idem*, p. 19

de ditadura constitucional em um pseudo-regime representativo, "*a mídia escravizada ao capital deforma, entorpece e anula a livre vontade, o livre raciocínio, a livre consciência do ser político, rebaixando a cidadão nominal, a cidadão súdito, a cidadão vassalo - que enorme contradição isto representa!*"⁶⁶

É em face dessa força da mídia aliada à desigualdade social que DIAS aponta no *dinheiro* o grande vilão que deturpa a determinação da vontade do eleitor, alienando-o de sua vontade e falseando a legitimidade da representação:

"Em países com grande concentração de riqueza como o Brasil – produtor, portanto, de muita injustiça e desigualdade –, a legitimidade da eleição, que se expressa na opinião da maioria, tem um grau de contaminação produzido pelo dinheiro que falseia a representação (...). O dinheiro deturpa e, em certos casos, determina a vontade do eleitor, e a eleição deixa de ser reflexo da livre vontade do cidadão e passa a ser uma mentira".⁶⁷

Diante de tais problemas – já visíveis ao tempo da jovem república –, muitos⁶⁸ foram os que defenderam a exclusão dos mais pobres do processo eleitoral. Tampouco é essa a proposta que nos parece válida, fazendo uníssono com a José Bonifácio, em irônico discurso proferido na Câmara dos Deputados, em 1879, quando criticava àqueles que queriam a exclusão do direito de voto dos analfabetos:

"Os analfabetos não votam porque não sabem ler... Sede lógicos: excluí os cegos, porque não podem ler...; excluí os surdos porque não ouvem...; excluí os mudos, porque não falam...; excluí os epiléticos... os pródigos...; excluí os velhos desmemoriados, que já nem mesmo conservam inteiras as lembranças da própria vida. O vosso projeto é uma obra incompleta; parece aterrorizar-se ante as tremendas conseqüências de seu próprio princípio."⁶⁹

É neste contexto que buscamos mostrar que o voto obrigatório não se justifica, eis que à *obrigação formal* de votar⁷⁰, não segue a liberdade do conteúdo do voto, manipulado pela influência do dinheiro.

Paulo BONAVIDES afirma seu desejo de uma teoria de libertação dos povos pela democracia.

"Demais disso, é de assinalar que essa democracia [participativa] já é direito positivado no parágrafo único do art. 1º da Constituição. Mas resta inanimada e programática naquele dispositivo tutelar, por obra do silêncio, da omissão, do egoísmo e das deserções dos dois Poderes que legislam e governam o País."⁷¹

⁶⁶ BONAVIDES, Paulo. *Teoria Constitucional da Democracia Participativa*, p. 12.

⁶⁷ *Idem*, p. 15.

⁶⁸ Rui Barbosa e Oliveira Viana defendiam, no início da república, a exclusão dos iletrados do processo político. (DIAS, Maurício. Obra citada, p. 81).

⁶⁹ PEIXOTO, Afrânio; ALVES, Constâncio (orgs). *Antologia brasileira – José Bonifácio (O Velho e o Moço)*. Apud DIAS, Maurício. Obra citada, p. 82.

⁷⁰ SILVA, *op. cit.*, *passim*.

⁷¹ BONAVIDES, Paulo. *op. cit.*, p. 24.

Sobre o voto BONAVIDES afirma ainda que a intermediação representativa transforma o cidadão em sujeito, súdito da tutela do representante, eis que se reforça a “*menoridade democrática do cidadão*”.^{p 35}

“Em verdade, valendo-se da mídia domesticada, da mídia submissa, da mídia estipendiada, o Poder Executivo corrompe a democracia representativa e corromperá, com muito mais intensidade e desfaçatez, a democracia participativa e seus mecanismos plebiscitários. A mídia das elites governantes é incompatível, pois, com a democracia, com o homem sujeito e não objeto, titular e não súdito, cidadão e não vassalo.”⁷²

Finalizando seus comentários sobre a influência do dinheiro no resultado eleitoral, Maurício Dias observa com pessimismo:

“Imperturbável, o dinheiro cria consensos falsos, distorce a representação e subjuga o eleitor indefeso. E nada parece sugerir que o problema – esse verdadeiro problema – se resolva apenas com golpes de caneta do legislador. O aperfeiçoamento de mecanismos de votação e da legislação (incluindo a legislação penal) tem sido incapaz de botar freios seguros na utilização do dinheiro que distorce a vontade do eleitor e, de forma direta ou indireta, provoca a mentira contada pelas urnas. Hoje, nesse mundo político-eleitoral deserto de ideologias – da esquerda à direita –, a presença do dinheiro tornou-se uma força aberta e avassaladora que abala o sistema de escolha dos governantes, principalmente em países do Terceiro Mundo – como o Brasil –, que, por força da injustiça social, são terrenos movediços para as democracias”.⁷³

Tal é o grande desafio que a democracia enfrenta hoje no Brasil, incentivando-nos a reinventar seus mecanismos de funcionamento. É neste sentido que modificações no modo como se vota pode colaborar para recuperar seu sentido original de soberania popular.

2.6 O voto como fim – o mecanismo de legitimação no poder

“70% dos cidadãos votam do mesmo modo que respiram; sem saber por que nem o quê... Estão prontos para tudo; uma revolução ou um golpe de Estado... As instituições existem, mas por e para 30% dos cidadãos”.⁷⁴

“A competição eleitoral reduziu-se maquiavelicamente a uma disputa própria para raposas e leões”.⁷⁵

Do diálogo intertemporal entre Machado de Assis e Maurício Dias,

⁷² *Idem*, p. 47.

⁷³ *Idem*, p. 162.

⁷⁴ ASSIS, Machado de. *apud* DIAS, Mauricio. *op. cit.*, p. 90.

⁷⁵ DIAS, *op. cit.*, p. 161.

encontramos a chave para a compreensão do voto com um claro objetivo: justificar e legitimar os detentores do poder.

São as *raposas e leões* do processo eleitoral que precisam dos eleitores para atingir o poder. O caminho inverso não ocorre.

Ora, é o voto como *função*, conforme vimos anteriormente, que toma forma. Pouco importa se o resultado eleitoral – permeado de irregularidades – é legítimo ou não, o importante é que tal resultado tem um efeito legitimador enorme.

E se tal *legitimação* não acontecesse? E se os eleitores não votassem? Quais seriam os efeitos de uma eleição em que só houvessem votos brancos? Ora, tais preocupações parecem afligir apenas aos governantes, aos detentores do poder e aos escritores.⁷⁶

Por parte do eleitor – ou *ex parte populi*, como ensina BOBBIO –, não há crise. É o argumento que reforça o voto obrigatório como mecanismo a serviço dos eleitos, e não dos eleitores.

3. O direito e o voto

3.4 O voto: direito, função ou dever?

A questão da natureza do voto – se é direito, função ou dever – e as diversas posições adotadas pela doutrina para elucidá-la nos levam ao fundamento do presente trabalho.

José Afonso da SILVA introduz a questão ao afirmar o voto como um *direito público subjetivo*⁷⁷. Neste sentido, é um *ato político e jurídico* – eis que contém decisão de poder mas também gera consequências na esfera jurídica – que materializa o direito público subjetivo do sufrágio.

Para a profa. Regina FERRARI, a questão deve ser posta na forma de uma dicotomia entre duas escolas doutrinárias. A primeira, com origem no pensamento do Abade Emmanuel Joseph Sieyès⁷⁸, trata da questão sob a ótica da *soberania nacional*. Nela, o supremo poder do Estado não caberia ao povo, mas à nação. Desta forma, o voto seria um dever a ser cumprido pelo membro da comunidade

⁷⁶ A apuração de eleição com 82% de votos em branco é o ponto de partida para o enredo de José Saramago em *Ensaio sobre a lucidez*.

⁷⁷ SILVA, *op. cit.*, p. 342.

⁷⁸ Sieyès foi o autor do livro "O que é o terceiro Estado?", publicado às vésperas da Revolução Francesa.

nacional para escolher os representantes da nação. Assumindo esta como sendo uma entidade abstrata cuja *vontade* difere da do povo, o indivíduo, ao votar, estaria formulando a vontade da nação soberana.⁷⁹

Em contraposição à idéia do voto enquanto exercício da soberania nacional, FERRARI apresenta o pensamento de Jean-Jacques Rousseau. Sua concepção afirma o voto como um direito no exercício da *soberania popular*, direito exercido como faculdade para levar o eleitor à escolha de seus representantes.⁸⁰

“(...) quando se aceita que o povo é o soberano, cada indivíduo, como membro da coletividade, é tido como titular de parte da soberania. O sufrágio é, então, a expressão da vontade própria, autônoma, primária, de cada indivíduo que compõe o colégio eleitoral. Sendo um direito, o voto é facultativo”.⁸¹

Sobre a primeira concepção, José Afonso da SILVA aponta que ela tende a ser associada aos regimes fascistas, no qual o voto se dava como cumprimento de uma função estatal pelo indivíduo, em exercício *ficto* de democracia.

“Houve e há quem sustente que o voto é também uma *função*. Convém, no entanto, verificar em que sentido assim se poderá entender legitimamente dentro da concepção democrática, porque, se não se fizer distinção necessária, bem se pode incidir na concepção fascista de que o eleitor é um órgão do Estado e, portanto, exerceria uma função estatal ao emitir o voto. Essa concepção, de forte conteúdo fascista de um estado absorvente, que não reconhece o princípio democrático da **soberania popular**, identifica o interesse da coletividade com o dos detentores do poder, e coloca o cidadão a serviço destes, não lhe permitindo manifestação de vontade livre e autônoma, porque sujeita e subordinada a uma *razão de Estado*, ditada pelos interesses dominantes. Nesses termos, claro está, não se pode aceitar a tese de que o voto é uma função. É, sim, uma *função*, mas *função da soberania popular*, na medida em que traduz o instrumento de atuação desta. Nesse sentido, é aceitável a concepção de que seja ‘uma *função social*, que justifica sua imposição como dever’ (Dalmo de Abreu Dallari, *Elementos de teoria geral do Estado*; Darcy Azambuja, *Teoria Geral do Estado*)”.⁸²

Não nos parece razoável acreditar que a mesma idéia tenha se instalado na mente dos constituintes de 1988. Seria grandemente injusto imputar aos atores da abertura política nacional um comportamento de natureza e origem ditatorial-fascista. Então, o que houve?

A Constituição Federal de 1988 afirma que “*Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição*”.⁸³ A essa noção de soberania popular, o legislador constitucional acrescentou o **voto obrigatório**, nos seguintes termos: “O alistamento eleitoral e o

⁷⁹ FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. *O VOTO: direito ou dever?*, p. 95.

⁸⁰ *Idem*, p. 96

⁸¹ *Idem, ibidem*.

⁸² SILVA, *op. cit.*, p. 343.

⁸³ Constituição Federal de 1988, art. 1º, parágrafo único.

voto são: I – obrigatórios para os maiores de dezoito anos; II – facultativos para: a) analfabetos; b) os maiores de setenta anos; c) os maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos”.⁸⁴

Ora, nossa lei fundamental apresenta idéias de soberania popular – “*todo poder emana do povo*” – e de soberania nacional, trazendo a idéia do voto como função – pois, obrigatório – estatal desempenhada pelo cidadão.

Como conciliar, em nosso texto constitucional, as doutrinas especificadas anteriormente? É o que veremos a seguir:

3.2 O voto obrigatório no Brasil

Ao apontar o povo como fonte do poder – soberania popular – e, ainda assim, estabelecer a obrigação do voto aos cidadãos alfabetizados maiores de dezoito e menores de setenta anos, a Constituição Federal parece apresentar-se com duas faces distintas, quase antagônicas.

É, para a profa. FERRARI, fruto da posição eclética que busca conjugar um direito com o seu correto exercício, concebendo o voto como o que chama de “*direito de função*”.⁸⁵

Tal posição eclética leva a autora a ponderar que, nos moldes previstos pelo sistema constitucional brasileiro, o voto é revestido de uma obrigatoriedade formal, mas não substancial, ou seja, não afeta a seu conteúdo. Assim, o dever de comparecer à urna não se confundiria com o que se chama de “*dever político de votar*”⁸⁶

No mesmo sentido, José Afonso da SILVA afirma que não há obrigatoriedade de votar, mas sim de comparecimento à sessão eleitoral:

“Aquela obrigatoriedade não se impõe ao eleitor o dever jurídico de emitir necessariamente o seu voto. Significa apenas que ele deverá comparecer à sua seção eleitoral e depositar sua cédula de votação na urna, assinando a folha individual de votação. Pouco importa se ele votou ou não votou. Tanto é assim que o voto em branco resolve a obrigatoriedade, com ele, o eleitor cumpre o seu dever jurídico, sem cumprir o seu dever social e político, porque não desempenha a função instrumental da soberania popular, que lhe incumbia naquele ato”.⁸⁷

⁸⁴ Constituição Federal de 1988, art. 14, § 1º.

⁸⁵ FERRARI, *op. cit.*, p. 96.

⁸⁶ *Idem*, p. 97.

⁸⁷ SILVA, *op. cit.*, p. 343.

Interessa observar que José Afonso da SILVA reconhece que tal obrigatoriedade formal exigida em nossa constituição não trata da efetiva participação do processo político:

*“a obrigatoriedade do voto (...) é obrigatoriedade forma, que não atinge o conteúdo da manifestação da vontade do eleitor. O dever político-social do voto, já referido, é que exige uma tomada de posição positiva do eleitor, com efetiva participação no processo político e, por esse modo, nos órgãos governamentais por meio de seus representantes. Por isso é que também dissemos que, a rigor, o voto branco, o voto vazio, ou o voto nulo não são votos, porque não têm eficácia política”.*⁸⁸

Para a profa. Regina Maria Macedo Nery Ferrari, *“Esta obrigatoriedade de fachada não é a desejável. Para que o voto efetivamente seja expressão da vontade popular, deve ser ‘sincero e autêntico’, deve expressar o sentir e a consciência de quem o emitiu”.*⁸⁹

No mesmo sentido, trata José Afonso da SILVA do dever sócio-político do voto:

*“Daí se conclui que o voto é um direito público subjetivo, uma função social (função da soberania popular na democracia representativa) e um dever, ao mesmo tempo. Dever jurídico ou dever social. Não resta dúvida de que é um dever social, dever político, pois, ‘sendo necessário que haja governantes designados pelo voto dos cidadãos, como é da essência do regime representativo, o individuo tem o dever de manifestar sua vontade pelo voto’ (Darcy Azambuja). **Esse dever sócio-político do voto independe de sua obrigatoriedade jurídica. Ocorre também onde o voto seja facultativo.** Mas, como simples dever social e político, seu descumprimento não gera sanção jurídica, evidentemente”.*⁹⁰

Embora conceitualmente interessante, tal idéia é muito abstrata para o eleitor. Para ele, a obrigatoriedade se mede pelos seus efeitos: caso alguém não tenha se alistado ou deixar de comparecer à sessão eleitoral, sofrerá sanções concretas impostas pela justiça eleitoral:

*“A Constituição declara, contudo, que o alistamento e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos (art. 14, § 1º, I). Por isso, a legislação eleitoral impõe sanções ao eleitor que deixe de votar sem justificação perante a Justiça Eleitoral, incorrendo em multa e ficando privado de vários direitos dependentes do gozo dos direitos políticos”.*⁹¹

Há, porém, um problema que se apresenta: Sendo a obrigatoriedade, no Brasil, somente formal – eis que não se poderia obrigar a ter consciência política e a votar neste ou naquele candidato, sob pena de violação da liberdade de voto (na

⁸⁸ SILVA, *op. cit.*, p.344

⁸⁹ FERRARI, *op. cit.* p. 97.

⁹⁰ SILVA, *op. cit.* p. 342.

⁹¹ SILVA, *op. cit.*, p. 342.

acepção utilizada por José Afonso da Silva) –, como lidar com aqueles que cumprem a lei e descumprem seu *dever moral*?

Diante do mesmo questionamento, Thiago Pellegrini VALVERDE afirma que ao comparecer à sessão eleitoral apenas em cumprimento ao dever jurídico, sem a consciência democrática estabelecida para desempenhar seu dever político-social, gera-se graves problemas para um país.

“O dever político-social não possui qualquer tipo de sanção externa organizada, pois é de índole moral. Moralmente, todos somos responsáveis pelos rumos de um País e seu povo, pois somos nós que construímos este País. O que é passível de sanção é, tão somente, o não comparecimento injustificado à sessão eleitoral. Este dever é mais forte que o próprio dever moral, pois o engloba. O dever político-social está entre o mero dever moral e o dever jurídico. No sistema facultativo, o voto é visto como um dever político-social, que se não exercido, não pode ser sancionável. O comparecimento ou não às urnas está incluso na idéia de voto, não vislumbramos como separá-los. O ato de votar depende do ato de comparecer às urnas, além de traduzir algum interesse do cidadão em participar da vida do Estado. O voto muitas vezes é exercido sem consciência alguma, e isso é prejudicial para um País em desenvolvimento”.⁹²

Ora, uma vez claro que há uma relativa unanimidade na doutrina em que ao se desconstituir a obrigatoriedade do voto – o dever jurídico de exercer o direito de sufrágio – não se ofende a democracia, uma vez que o dever sócio-político subsiste.

É nesta linha que Cavalcanti afirma a premissa utópica do sistema brasileiro:

*“no fato ilusório de que o voto (que é o ato por excelência da representação) seja praticado com o espírito de participação e não como um dever cívico ou como um ato sujeito a uma sanção qualquer ou a uma punição, se não é praticado. De fato, às vezes, é uma participação forçada, sob a pena que esta prevista na lei”.*⁹³

Como veremos a seguir, muitos autores afirmam que a manutenção do voto obrigatório – por meio de sua inclusão na carta de 1988 – deu-se com uma preocupação democrática legítima: o amadurecimento da sociedade brasileira para o voto, sendo o voto obrigatório o meio ‘educativo’ de desenvolver o espírito democrático necessário no Brasil.

Ora, após anos de ditadura militar, é compreensível que se buscou um mecanismo para promover a ‘educação democrática do povo’, argumentando que seria obrigação de caráter temporário, até que houvesse o desenvolvimento de

⁹² VALVERDE, Thiago Pellegrini. *Voto no Brasil: democracia ou obrigatoriedade?*

⁹³ RAMALHETE, Clóvis; CAVALCANTI, Themistocles Brandão; *et alli*. *Representação e participação*, p.22.

consciência político-democrática por parte do eleitorado.

A inclusão da obrigatoriedade no período de convulsão política e reconstrução dos partidos – fundamentais para o funcionamento democrático – é justificável.

Porém, parece ser questionável a manutenção de tal obrigação com o mesmo fundamento após dezoito anos de vigência da Constituição Federal. Houve ou haverá tal educação democrática pelo voto obrigatório? Vejamos:

3.3 O direito de não votar.

“Tendo de convencer os eleitores a votar, deverão explicar-lhes de que modo o voto concorre para melhorar suas vidas. Uma parte, pelo menos, de sua campanha será gasta em mostrar que o sistema eleitoral serve para alguma coisa. Isso é muito importante, **porque comprometera os partidos com o cerne do processo democrático, em vez de deixá-los apenas como seus beneficiários.** (...). O voto ficara assim mais associado a um projeto de emancipação, seja esta no sentido de melhorar as condições de vida da sociedade, como preferira a esquerda, seja na acepção de assegurar a liberdade de escolha dos indivíduos, como provavelmente dirá uma direita não autoritária”.⁹⁴ (grifo nosso)

Renato Janine RIBEIRO ilustra o hipotético fim do comparecimento compulsório às urnas como a adoção de uma nova função para os partidos políticos, levando o voto a ser associado a um projeto de emancipação do indivíduo.

Embora não seja defensor da reforma do atual sistema⁹⁵ Afirma também que, considerada uma temática menor quando os políticos e cientistas políticos brasileiros falam em reforma política – preferindo temas como o voto distrital ou a fidelidade partidária, é, para os eleitores, um dos principais itens da pauta.

Assim, RIBEIRO afirma que a obrigação de votar é condenada por muitos como *"tutela incomoda sobre os cidadãos"*,⁹⁶ cujo argumento teórico em favor do voto facultativo se desdobra na defesa da liberdade que, representada pelo conteúdo do voto, deveria incluir também a decisão de participar ou não no processo eleitoral.

O autor aponta a grande sensação de inutilidade que as sanções sobre o eleitor faltante acarretam, eis que é necessária a ida ao cartório para regularizar os 'papeis' – considerada verdadeira perda de tempo. O autor destaca algumas das

⁹⁴ RIBEIRO, Renato Janine. *Sobre o voto obrigatório*. In.: BENEVIDES, Maria Victoria; VANNUCHI, Paulo; KERCHE, Fabio (org.). *Reforma Política e Cidadania*, p. 176.

⁹⁵ Preferindo não tomar posição a favor ou contra a obrigatoriedade de comparecer às urnas, o autor afirma que sua obra busca apenas contribuir para a racionalização de um debate dominado, na mídia, por idéias superficiais.

⁹⁶ RIBEIRO, *op. cit.*, p. 172.

queixas das pessoas na fila do cartório para pagar a multa: "Por que a humilhação de converter o cidadão em devedor? Por que gastar dinheiro público mantendo uma estrutura de controle sobre os cidadãos"?⁹⁷

Assim, conclui que "*a dimensão pública, melhor dizendo, cívica passa a ser vista mais como um ônus, uma carga ou encargo, do que como o espaço da verdadeira liberdade, da liberdade coletiva de escolha*".⁹⁸

É este, ao nosso ver, o ponto de partida para a defesa do direito de não votar. Recuperar no indivíduo a liberdade no sentido amplo, que se manifesta inclusive pela opção do eleitor em comparecer ou não às urnas, despidendo o Estado do poder de tutela da liberdade dos cidadãos que, compreendido por alguns como um ônus, degenera o processo participatório em mero dever, destituindo-o de conteúdo.

Carole PATEMAN, entretanto, afirma que a *sensação de liberdade* do indivíduo aumenta quando é levado a participar na tomada de decisões.

"Tanto a sensação de liberdade do indivíduo quanto a sua liberdade efetiva aumentam por sua participação na tomada de decisões, porque tal participação dá a ele um grau bem real de *controle* sobre o curso de sua vida e sobre a estrutura do meio em que vive".⁹⁹

Ainda, traz à tona a posição de Rousseau de que um homem poderia ser *forçado* a ser livre. Ora, eis a derradeira dúvida que a autora nos deixa com relação ao sistema do voto obrigatório no país: Não seria a obrigação de votar verdadeiro mecanismo para *incentivar* o cidadão a tomar o controle sobre o curso de sua vida?

É o que defendem grande parte da doutrina nacional, conciliando a obrigação de comparecer às urnas com a liberdade de escolha do voto.¹⁰⁰

Porém, Carole PATEMAN oferece a chave para a compreensão de que a democracia se dá como um processo educativo, no qual a tomada de decisões capacita o eleitor a tomar o controle de sua liberdade. Tal seria o sentido original da frase de Rousseau:

"As interpretações mais fantasiosas e sinistras a respeito da primeira frase não teriam sido possíveis se o conceito de liberdade de Rousseau tivesse sido colocado, de uma vez por todas, no contexto da participação, pois o modo pelo qual um indivíduo **pode ser 'forçado' a ser livre é parte constituinte do mesmo processo pelo qual ele é 'forçosamente'**

⁹⁷ *Idem*, p. 164.

⁹⁸ *Idem*, *ibidem*.

⁹⁹ PATEMAN, *op. cit.*, p. 40.

¹⁰⁰ É a posição adotada por Regina Maria Macedo Nery FERRARI, José Afonso da SILVA e Renato Janine Ribeiro.

educado através da participação na tomada de decisões. Rousseau argumenta que, a menos que cada indivíduo seja ‘forçado’ a agir de modo socialmente responsável através do processo participatório, não poderá haver nenhuma lei que assegure a liberdade de todos (...).¹⁰¹ (grifo nosso).

Os defensores do *voto obrigatório* afirmam que a obrigatoriedade do comparecimento às urnas é, no Brasil, um mecanismo educativo para despertar a consciência democrática. Assim teria se pautado o legislador constitucional ao instituir o voto obrigatório, buscando levar o cidadão, pela prática do voto, a desenvolver um comportamento socialmente responsável.

Ora, o que se verifica, entretanto, é que somente o exercício da liberdade – o direito de não votar – é que poderia despertar tal consciência, uma vez que a obrigatoriedade de votar não obriga a ‘tomar parte’ no processo democrático. Nesse sentido já se manifestava John Stuart Mill, conforme ensina PATEMAN:

“Mill argumenta que de nada servem o sufrágio universal e a participação no governo nacional, se o indivíduo não foi preparado para essa participação a um nível local; é neste nível que ele aprende a se autogovernar. ‘Um ato político que apenas se repete com o intervalo de alguns anos, e para o qual não teve o preparo nos hábitos cotidianos do cidadão, deixa seu intelecto e suas disposições morais inalteradas’ (1963, p.229). **Em outras palavras, para que os indivíduos em um grande Estado sejam capazes de participar efetivamente do governo da ‘grande sociedade’, as qualidades necessárias subjacentes a essa participação devem ser fomentadas e desenvolvidas a nível local.(...).** É por meio da participação a nível local que o indivíduo ‘aprende a democracia’. ‘Não aprendemos a ler ou a escrever, a guiar ou a nadar apenas porque alguém nos diz como fazê-lo, mas porque o fazemos, de modo que será somente praticando o governo popular em pequena escala que o povo terá alguma possibilidade de aprender a exercitá-lo em maior escala’ (1963, p. 186).¹⁰² (grifo nosso).

Dando aplicação prática à participação idealizada por Rousseau e Mill, Carole PATEMAN nos introduz ao pensamento de G. D. H. COLE, que sustenta: **“O indivíduo não tem controle sobre o vasto mecanismo da política moderna, não porque o Estado seja muito grande, mas porque o indivíduo não tem oportunidade alguma de aprender os rudimentos do autogoverno dentro de uma unidade pequena”.**¹⁰³

Assim, vemos que o ‘aprender democracia’ idealizado pelo legislador constitucional só é efetivo quando a *participação* do indivíduo se dá na esfera local.

Portanto, o direito de não votar se manifesta como necessária transformação para o desenvolvimento da democracia no país. Mas não pode ser a única medida,

¹⁰¹ PATEMAN, *op. cit.*, p. 40.

¹⁰² PATEMAN, *op. cit.*, p. 46.

¹⁰³ *Idem*, p. 55

eis que a participação deve ser fomentada a nível local, nos locais de trabalho e nas menores esferas de atuação pública.

Ao menos o fim do voto obrigatório seria solução para o problema apontado pelo senador da república José Fogaça quando afirmou, em sessão plenária de 2002:

"Sempre fui adepto do voto obrigatório e mudei radicalmente a minha posição, após o plebiscito que consolidou o presidencialismo no Brasil. Percebi que 95% das pessoas que iam para os locais de votação não tinham clara idéia do que estava votando. Percebi também que quando um cidadão não tem idéia do que está votando, ele prefere manter o conhecido, mesmo que ruim, a votar no desconhecido".¹⁰⁴

Embora a presente monografia não se aventure a cogitar resultados eleitorais sob a hipotética vigência do voto facultativo, citamos algumas informações trazidas no trabalho de pesquisa realizado por Zachary Elkins¹⁰⁵.

Segundo seus dados, coletados em Agosto de 1994 e Setembro de 1998, no primeiro período 39% dos entrevistados se posicionava a favor do voto obrigatório e 53,3% manifestava-se contra. Este último percentual se manteve em 1998, havendo um acréscimo, porém, no número daqueles que se declaravam a favor da obrigatoriedade, para 45%. Ainda, com relação à atitude com o voto facultativo, agora comparando 1998 e 2000, 50,9% e 48% afirmaram, respectivamente, que iriam votar ainda que o voto não fosse obrigatório. Os que declaram não ir votar foram de 48% a 51% no mesmo período.

A pesquisa é citada e esclarecidamente comentada por Raquel MENEGUELLO, mostrando que o fim do voto obrigatório não traria grandes alterações nos resultados eleitorais.:

"Embora a maior parte dos eleitores seja contrária à existência do voto obrigatório, há um significativo hábito cívico de participação nas eleições. (...) Algumas simulações feitas com dados de pesquisas eleitorais mostram que **os resultados de eleições não teriam alterações substantivas se o voto não fosse obrigatório**. Em um cenário de voto voluntário, há uma tendência pequena que beneficia os candidatos mais conservadores, mas mesmo em eleições proporcionais para o Legislativo, onde poucos votos contam muito, as variações são muito pequenas".¹⁰⁶ (grifo nosso).

¹⁰⁴ Senador José Fogaça (2002), em comentário sobre o voto facultativo, no Relatório Final sobre a Emenda Constitucional do Senador Sérgio Machado que trata do assunto, matéria esta que discutida longamente no Congresso e aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado

¹⁰⁵ ELKINS, Zachary. *Quem iria votar? Conhecendo as consequências do voto obrigatório no Brasil*. Apud MENEGUELLO, Raquel. *Eleitorado e Reforma*. In.: BENEVIDES, Maria Victoria; VANNUCHI, Paulo; KERCHÉ, Fabio (org.). *Reforma Política e Cidadania*, p. 353.

Com relação ao interesse dos cidadãos nas eleições, Jorge ALMEIDA¹⁰⁷ traz alguns dados coletados em pesquisas realizadas em 1994 durante a campanha eleitoral para presidente da República.

Neles, 31% dos entrevistados afirmaram ter confiança no presidente e apenas 22% confiança no Congresso. Com relação ao interesse nas eleições, de particular relevância é a tabela trazida em apêndice com a informação de que, a um mês das eleições daquele ano, 34% dos entrevistados não estavam nada interessados nas eleições e 36% se mostravam pouco interessados, contra apenas 14% de interessados e 9% de muito interessados.¹⁰⁸

Os dados demonstram que, embora dêem uma pequena importância à participação em eleições, ainda assim, em resposta à pergunta "*O que acha melhor para o Brasil sair desta crise que está aí?*", 68% dos entrevistados afirmaram preferir a eleição direta de um presidente contra 22% que optavam pela tomada de poder de um líder por meio de golpe.¹⁰⁹

Finalizamos com um panorama do universo eleitoral brasileiro trazido por Maurício DIAS:

"Considerando-se apenas o tamanho do corpo eleitoral, o Brasil atingiu, em 2002, uma invejável posição no rol das democracias políticas. Havia 115.254.113 eleitores inscritos, em um universo de 169.799.170 habitantes [dados do TSE]. Nada mau para um país periférico. A universalização do voto aproxima a democracia de sua utopia: um governo de todos, por todos e para todos. É bom para a democracia uma grande quantidade de eleitores. Significa, em tese, mais participação e maior envolvimento social. Mas isso não basta. **O ato de votar exige a possibilidade de exercer a liberdade de escolha e vai, portanto, muito além do gesto mecânico na solidão da cabine eleitoral.** Essa liberdade se sustenta em condições espirituais fornecidas pela alforria material que dá ao cidadão independência diante do poder público ou do poder privado. A democracia política, no entanto, não oferece essas precondições a todos."¹¹⁰ (grifo nosso).

Assim, temos o voto obrigatório como manifestação de um *milagre político* que não se sustenta, senão como legitimação do interesse dos governantes – em uma visão *ex-parte principis*, como ensina BOBBIO. É ótica que não colabora com o desenvolvimento do sentimento democrático no país, eis que não há a necessária participação a nível local que enseja o aprendizado em democracia.

¹⁰⁶ MENEGUELLO, Raquel. *Eleitorado e Reforma*. In.: BENEVIDES, Maria Victoria; VANNUCHI, Paulo; KERCHER, Fabio (org.). *Reforma Política e Cidadania*, p. 353.

¹⁰⁷ ALMEIDA, Jorge. *Como Vota o Brasileiro*, p. 69 e 154

¹⁰⁸ ALMEIDA, Jorge. *op. cit.*, p. 69 e p. 154, em pesquisa realizada pelo instituto Sensus, por amostragem, a nível nacional.

¹⁰⁹ *Idem*, p. 77.

¹¹⁰ DIAS, *op. cit.*, p. 15.

A maturidade democrática não será atingida com a participação compulsória de todos, tampouco propomos separar aqueles que devem, podem ou não votar.

Porém, ao devolver aos indivíduos o direito de não votar, aqueles que tiverem alcançado maturidade para ir a urna sem a obrigação, estes terão atingido a maturidade democrática desejada. Aqueles que não o fizerem, servirão de alarme para que se faça algo pela democracia e por esse despertar político.

Conclusões:

1. A democracia é tema complexo, eis que inúmeras são as definições encontradas na doutrina. Seu conceito não é estático, eis que propicia uma reinvenção contínua da política, e passa por uma questão de escolha de perspectiva.
2. Tal perspectiva passa pela relação entre governantes e governados, na qual permite-se a abordagem da teoria democrática pela ótica do sujeito que comanda ou pelo ponto de vista do comandado.
3. A perspectiva que adotamos é a da valorização do indivíduo singular tal qual afirmada em Rousseau e J. S. Mill, na qual a sociedade política é produto da vontade individual.
4. Embora a teoria política tenha adotado uma feição instrumental com Schumpeter, é na ótica participacionista resgatada por Pateman que se chega a uma democracia efetiva.
5. A história democrática brasileira nos mostra que jamais houve verdadeira ruptura com as estruturas de poder vigentes, eis que a Constituição Federal de 1988 herdou o mecanismo eleitoral dos regimes anteriores.
6. Assim, observando o voto como apenas um dentre os vários mecanismos para a manifestação democrática, é o instrumento por excelência para garantir ao indivíduo sua parcela de participação na formação da vontade comum e na garantia de sua liberdade.
7. Entretanto, o exercício do voto, tal qual estabelecido no país, adquire, na prática, feição pouco libertadora, eis que os modos de se deturpar a livre vontade do eleitor são muitas, como as fraudes e a força do dinheiro.
8. O voto obrigatório não contribui para evitar tais desvios, eis que a obrigação formal – de se alistar e comparecer à seção eleitoral – pouca ou nenhuma relação tem com o exercício do dever moral de participação política.
9. Pelo contrário, ao cumprir seu dever jurídico e descumprir seu dever

moral (de externar um voto sincero e autêntico), geram-se graves problemas ao país, como a falsa representação e o exacerbado poder de influência da mídia.

10. Neste contexto, o voto obrigatório não se apresenta a serviço do eleitor, mas ao do governante, que precisa do voto como mecanismo para sua legitimação no poder.
11. Por fim, questiona-se o alcance do caráter pedagógico que o voto obrigatório, para muitos teóricos, traria em benefício da educação para a consciência democrática.
12. Conclui-se que, ao contrário, o voto obrigatório transforma o exercício da cidadania em verdadeiro encargo, ônus que eclipsa no cidadão comum sua consciência democrática.
13. Ainda, com base em PATEMAN, constata-se que a verdadeira dimensão educativa – necessária para a manutenção de toda sociedade democrática – está no exercício da liberdade e da participação em pequenas unidades, e não nas eleições da *grande sociedade*.
14. Por fim, algumas pesquisas demonstram que o fim do voto obrigatório não traria grandes alterações nos resultados eleitorais.
15. Portanto, defende-se o direito de não votar como um caminho para atingir, por meio do exercício da liberdade, a maturidade democrática, conjugado à participação em pequenas esferas da sociedade.

Referências:

ALMEIDA, Jorge. *Como Vota o Brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1998.

BALBACHEVSKY, Elizabeth. *Stuart Mill: liberdade e representação*. In.: WEFFORT, Francisco C. (org.). *Os clássicos da política – vol. 2*. 10. ed. São Paulo: Ática, 2005.

BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, Sociedade - Para uma teoria geral da política*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. *Entre duas Repúblicas - Às origens da democracia italiana*. Trad. Mabel Bellati. Brasília: ed. Unb, 2001

_____; VIROLI, Maurizio. *Diálogo em torno da república: os grandes temas da política e da cidadania*. Trad. Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

BONAVIDES, Paulo. *Teoria Constitucional da Democracia Participativa - por um Direito Constitucional de luta e resistência por uma Nova Hermenêutica por uma repolitização da legitimidade*. São Paulo: Malheiros, 2001.

CAVALCANTI, Themistocles Brandão. *Representação e participação*. Revista de Ciência Política, vol.18, novembro de 1975.

_____. *A democracia como sistema político*. Revista de Ciência Política, vol.II, março de 1968.

CHUEIRI, Vera Karam de. *Estado, direito e cidadania: So What?* Conferência proferida na Faculdade de Direito da UFPR em 17 jul. 1997. Disponível em: <http://www2.uerj.br/~direito/publicacoes/mais_artigos/estado_direito_cidadania.html>. Acesso em: 24 jun. 2006.

DIAS, Mauricio. *A mentira das urnas - Cronica sobre dinheiro & fraudes nas eleições*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. *O VOTO: direito ou dever?* Revista de Direito Constitucional e Internacional. Ano 12, n. 48, julho-setembro de 2004.

FERREIRA, Guilherme Guimarães. *Fidelidade Partidária no Brasil: a busca por uma nova cultura política*. Curitiba, 2005, Monografia (Graduação em Direito). Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

FUKS, Mario, *et alii*. *Democracia e Participação - os Conselhos Gestores do Paraná*. Curitiba: ed. UFPR, 2004.

MENEGUELLO, Raquel. *Eleitorado e Reforma*. In.: BENEVIDES, Maria Victoria; VANNUCHI, Paulo; KERCHÉ, Fabio (org.). *Reforma Política e Cidadania*. São

Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PATEMAN, Carole. *Participação e Teoria Democrática*. Trad. Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

RIBEIRO, Ednaldo A. *Cultura política e teoria democrática: implicações empíricas de um debate teórico*. In.: FUKS, Mario; PERISSINOTTO, Renato M.; SOUZA, Nelson Rosario de. (orgs). *Democracia e Participação*. Curitiba: ed. UFPR, 2004.

RIBEIRO, Renato Janine. *Sobre o voto obrigatório*. In.: BENEVIDES, Maria Victoria; VANNUCHI, Paulo; KERCHE, Fabio (org.). *Reforma Política e Cidadania*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SILVA, Jose Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 12. ed. rev. São Paulo: Malheiros, 1996.

NABUCO, Joaquim. *A Abolição e a República*. Organizado e apresentado por Manuel Correia de Andrade. Recife: ed. UFPE, 1999.

VAYENÁS, Alexander. *Democracia: das origens à modernidade*. In.: ZANETI, Hermes (org.). *Democracia: a grande revolução*. Brasília: ed. UnB, 1996.

VALVERDE, Thiago Pellegrini. *Voto no Brasil: democracia ou obrigatoriedade?*. Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 1027, 24 abr. 2006. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8282>>. Acesso em: 23 set. 2006.